REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA

EDUCATIONAL PUBLIC POLICIES IN HIGHER EDUCATION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN ANGOLA

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR Y EL DESARROLLO SOSTENIBLE EN ANGOLA

Fidel Cambundo Sanuca
Graduando de Administração Pública, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab. sanucafidel@gmail.com

Francisco Adriano Ernesto
Graduando de Farmância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab. franciscoadrianoernestos@gmail.com

Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab
Professora de Graduação no curso de Administração Pública
fatimaportela@unilab.edu.br

Antônio Roberto Xavier
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab
Professor do Mestrado Acadêmico em Socioniodioversidade e Tecnologias Sustentáveis roberto@unilab.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas educacionais no ensino superior e sua relação com o desenvolvimento sustentável em Angola, destacando desafios e perspectivas. A educação, direito fundamental consagrado na Constituição da República de Angola, deve ser universal e gratuita, assegurando o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, além de incentivar a participação de agentes privados. A pesquisa, de caráter qualitativo, adota o método bibliográfico fundamentado em revisão de literatura de bases institucionais. Apesar da legislação valorizar a educação, observa-se a carência de políticas públicas eficazes para assegurar a universalização e a qualidade do ensino superior. Entre os principais obstáculos estão: número insuficiente de universidades com padrão adequado, centralização da gestão educacional, vulnerabilidade socioeconômica discente, precariedade da infraestrutura, limitação de financiamento para bolsas, intercâmbios e mobilidades acadêmicas, além da escassa valorização da pesquisa científica como instrumento de desenvolvimento social, econômico, tecnológico e cultural. Conclui-se que a implementação de políticas públicas consistentes pode impulsionar de forma

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

significativa a produção de saberes, conhecimentos e inovações, fortalecendo o desenvolvimento sustentável. O investimento no capital humano, especialmente por meio das universidades, constitui caminho estratégico para gerar resultados eficazes e duradouros.
Palavras-chave: Políticas públicas; Ensino superior; Desenvolvimento sustentável; Angola.

Abstract

This study aims to analyze public educational policies in higher education and their relationship with sustainable development in Angola, highlighting current challenges and future perspectives. Education, a fundamental right enshrined in the Constitution of the Republic of Angola, must be universal and free, ensuring access for all to literacy, education, culture, and sports, while also encouraging the participation of private actors. This qualitative research adopts a bibliographic method grounded in a review of literature from institutional sources. Despite the legislation's emphasis on the value of education, there remains a lack of effective public policies to guarantee the universalization and quality of higher education. Among the main obstacles are: an insufficient number of universities meeting appropriate standards, centralized educational management, students' socioeconomic vulnerability, poor infrastructure, limited funding for scholarships, academic exchanges, and mobility programs, as well as the insufficient appreciation of scientific research as a tool for social, economic, technological, and cultural development. It is concluded that the implementation of consistent public policies can significantly foster the production of knowledge and innovation, thereby strengthening sustainable development. Investment in human capital, particularly through universities, represents a strategic path to achieving effective and long-lasting results.
Keywords: Public policies; Higher education; Sustainable development; Angola.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar las políticas públicas educativas en la educación superior y su relación con el desarrollo sostenible en Angola, destacando desafíos y perspectivas. La educación, derecho fundamental consagrado en la Constitución de la República de Angola, debe ser universal y gratuita, garantizando el acceso de todos a la alfabetización, a la enseñanza, a la cultura y al deporte, además de incentivar la participación de agentes privados. La investigación, de carácter cualitativo, adopta el método bibliográfico basado en la revisión de literatura de fuentes institucionales. Aunque la legislación valora la educación, se observa la carencia de políticas públicas eficaces para asegurar la universalización y la calidad de la educación superior. Entre los principales obstáculos se encuentran: el número insuficiente de universidades con un estándar adecuado, la centralización de la gestión educativa, la vulnerabilidad socioeconómica del estudiantado, la precariedad de la infraestructura, la limitación

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

del financiamiento para becas, intercambios y movilidades académicas, además de la escasa valorización de la investigación científica como instrumento de desarrollo social, económico, tecnológico y cultural. Se concluye que la implementación de políticas públicas consistentes puede impulsar de manera significativa la producción de saberes, conocimientos e innovaciones, fortaleciendo el desarrollo sostenible. La inversión en el capital humano, especialmente por medio de las universidades, constituye un camino estratégico para generar resultados eficaces y duraderos.
Palabras clave :Políticas públicas; Educación superior; Desarrollo sostenible; Angola.

1. Introdução

As políticas públicas educacionais têm como finalidade formar cidadãos críticos, conscientes e profissionais qualificados, capazes de contribuir efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável de Angola. Contudo, o ensino superior no país ainda enfrenta desafios estruturais e institucionais significativos, como a insuficiência de investimentos, a carência de infraestrutura adequada, a desvalorização da pesquisa científica e a fragilidade na promoção da inovação tecnológica. Tais limitações comprometem o alcance dos objetivos estratégicos definidos nas políticas educacionais e dificultam o fortalecimento de uma educação voltada ao desenvolvimento sustentável.

A metodologia adotada é de caráter qualitativo, fundamentada em revisão bibliográfica de fontes secundárias obtidas em bases institucionais e acadêmicas, buscando identificar os principais entraves e propor caminhos para o aprimoramento das políticas públicas educacionais.

Nesse sentido, são abordados, ao longo deste estudo, três eixos centrais de análise: o papel do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE) como instrumento de apoio estudantil; as políticas de equidade e inclusão no acesso ao ensino superior; e a educação como mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável. É importante destacar que o atual cenário educacional angolano é resultado de um percurso histórico complexo.

Dado o passado sob o jugo colonial de Portugal e a posterior guerra civil, que provocou retrocessos sobre as poucas infraestruturas educativas herdadas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

do colonialismo, o país tornou-se amplamente dependente de apoios e financiamentos externos, muitas vezes oferecidos sob a forma de ações filantrópicas (Antônio, 2024).

Desse modo, o desenvolvimento das políticas públicas educacionais requer situá-las dentro desse contexto histórico e político, em que a reconstrução nacional e o investimento no capital humano se tornam essenciais para o progresso sustentável de Angola. Com efeito, este trabalho está estruturado em cinco partes: resumo, introdução, metodologia, resultados e discussão, conclusão e referências, de modo a oferecer uma reflexão crítica sobre os desafios e as oportunidades da educação superior angolana frente às demandas do desenvolvimento sustentável.

Objetivos Gerais

O presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas educacionais voltadas ao ensino superior em Angola, evidenciando seus principais desafios e as perspectivas de melhoria em relação à promoção do desenvolvimento sustentável.

2. Revisão da Literatura

2.1 O processo educacional em Angola após a independência em 1975

Angola, independente desde 1975 e pós-guerra civil concluída em 2002, enfrenta o desafio de reestruturar e organizar o país. Todavia, a transição de um sistema de educação colonial para o nacional não garantiu, de modo imediato, os resultados esperados, contanto que o país não predispunha do perfil de professores que pudessem atender suas aspirações numa nova era. Além do mais, o alcance da independência marcou o início de uma guerra civil que envolveu os três principais movimentos de libertação de Angola (FNLA, MPLA e UNITA) que disputavam o poder e o controle do país. Esses acontecimentos impactaram, negativamente, no novo projeto de educação adotado em 1977 e implementado em 1978 (Antônio,2024).

O Sistema de Educação e Ensino em Angola é regulado pelo Estado, através do Ministério da Educação (MED) e do Ministério do Ensino Superior,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), cujos pressupostos legais são sustentados pela Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino nº 17/16 de 6 de outubro (LBSEE). A obrigatoriedade da educação abrange a classe da iniciação, o ensino primário e o I ciclo do Ensino Secundário (Angola, 2022).

Conforme Segundo (2023. p. 4) "Em Angola, o Ministério da Educação e os seus órgãos de apoio (Gabinetes Provinciais de Educação e as Direções Municipais de Educação) têm sido os principais responsáveis pela implementação das políticas, estratégias e planos educativos". O Estado angolano de acordo a constituição aposta e promove a educação em todo território nacional. No art. 79 da Constituição da República de Angola está previsto que é de responsabilidade do Estado a promoção do acesso de todas as pessoas à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efetivação nos termos da lei.

Está previsto também no dispositivo constitucional que o Estado angolano tem a incumbência de promover a ciência, a investigação científica e tecnológica (pesquisa) contando com a cooperação da iniciativa particular nos domínios do ensino, da cultura e do desporto, tudo conforme previsto na legislação angolana destacando a educação como ferramenta fundamental e indispensável para a formação e participação nas mais diversas esferas da vida do povo angolano (Angola, 2010).

Conforme (Souza e Silva Scaff,2013. p.78) "A educação é uma dimensão fundamental da cidadania, princípio indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos". Enquanto para Freire (1967, p. 149), "a alfabetização só adquire sentido quando atrelada a uma reflexão crítica do ser humano sobre si mesmo, sua posição no mundo, seu trabalho e sua capacidade de transformar o mundo".

Nesse processo de interação entre as consciências, a reflexão sobre alfabetização deixa de ser algo externo ao homem e passa a emergir da sua própria relação com o mundo, como uma criação. Nesse contexto, a educação surge como instrumento essencial para promover uma sociedade justa e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

igualitária, garantindo o acesso à escolaridade por meio de políticas públicas implementadas pelo governo.

Segundo Tati (2023), Angola é o país que menos investe em educação na região da SADC, o que reflete a baixa prioridade do setor. André (2024) acrescenta que, além da insuficiência orçamental, a baixa execução e a ausência de fiscalização eficaz agravam os problemas. Chikulo (2019) observa que a dependência de Angola em relação ao petróleo torna os investimentos sociais vulneráveis às crises econômicas, impactando negativamente a sustentabilidade das políticas educacionais.

A educação é fundamental não apenas como mecanismo para a formação de indivíduos moralmente íntegros e socialmente exemplares, mas também como instrumento de desenvolvimento político. Ela vai além da transmissão de valores éticos e morais, assumindo um papel transformador na construção de uma sociedade justa. Por meio do ethos (conduta ética), a educação contribui para a criação de espaços de participação política, evidenciando a relação intrínseca entre ética e política (Pequeno, 2008).

2.2 Políticas Públicas educacionais de inclusão e aposta no capital humano

O investimento no ser humano constitui a principal estratégia que o Estado angolano pode adotar para a construção de um país sólido, próspero e sustentável. A valorização do indivíduo possibilita que este contribua de forma significativa para o progresso e o desenvolvimento nacional. Para tanto, é imprescindível que os recursos públicos sejam devidamente distribuídos e alocados às unidades e setores competentes, evitando-se qualquer tipo de apropriação ou benefício ilícito. É fundamental fortalecer as bases institucionais e garantir as condições necessárias para que os cidadãos tenham acesso a uma formação de qualidade em todas as áreas. Dessa forma, torna-se possível formar indivíduos críticos, conscientes e comprometidos, capazes de contribuir com seu saber para a transformação e o avanço da sociedade angolana.

A educação é um elemento indispensável que os governos que se querem consilidar como uma verdadeira democracia devem adoptar desde a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

institucionalização nas escolas desde o fundamental até ao ensino superior para garantir a sustentabilidade democrática em Angola, e consequentemente criar cidadãos que conheçam os seus direitos e seus deveres diante do Estado. O fortalecimento da democracia depende da educação política, que deve estar presente em todo o sistema educacional. Para que a democracia seja sustentável, não basta que esteja prevista nos dispositivos legais; é necessário que a educação política esteja incluída nos currículos oficiais desde os primeiros anos de formação, garantindo a preparação de cidadãos conscientes e participativos (Xavier *et al.,* 2024).

Investir no capital humano em Angola é essencial para o desenvolvimento do país, desde que o governo promova melhorias no ensino superior e mecanismos que protejam o interesse coletivo, garantindo educação de qualidade. Políticas públicas de acesso à informação podem complementar esse processo, oferecendo ferramentas tecnológicas, softwares livres e programas inovadores que promovam inclusão e desenvolvimento social (Daniel *et al*. 2022). No entanto, a educação angolana enfrenta problemas nos mais variados campos, desde a falta de salas de aulas, professores, materiais escolares, a falta de recursos e de estrutura nas escolas, a falta de vagas em universidades públicas são pontos que têm feito parte da discussão em nível nacional, no intuito de dar resposta à essas demandas (Cassinela, 2022).

Existem ainda milhares de jovens talentosos e de baixa renda fora do sistema de ensino. Alguns desses jovens se adaptam bem às oportunidades, mas estão desconectados pela simples falta de informação, orientação e outras barreiras que possam ser superáveis (Cassinela, 2022).

Conforme Daniel *et al.* (2022) a base de desenvolvimento de um país está assente na qualidade do conhecimento gerado por pesquisadores em diferentes níveis, segmentos e instituições, para tanto o investimento na investigação científica é fundamental. A equidade em educação configura-se como importante conceito para formulação e implementação de políticas públicas, devido às dificuldades de acesso e permanência na escola, atreladas às características intrínsecas dos estudantes, relacionadas ao status socioeconômico, gênero,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

orientação sexual, raça, etnia, entre outras, o que vem constituindo um ciclo de exclusão social em todos os setores, inclusive nos sistemas de ensino (Cassinela, 2022).

Neste estudo, entende-se que, equidade nos subsistemas de ensino superior seria uma forma de articular recursos e processos em espaços universitários justos e inclusivos, para incorporar nas instituições de ensino uma diversidade social, racial, cultural e sexual discente semelhante à população existente nas sociedades, em mesmo pé de igualdade (Cassinela, 2022).

As mulheres têm menos acesso à educação, comparado aos homens. Dados de 2018, 22% entre as mulheres de 15 a 49 anos, não tinham qualquer educação formal, comparado aos homens com taxa de apenas 8% na mesma faixa etária. Além disso, 43% das mulheres concluíram o ensino secundário, ao contrário de 63% dos homens, na idade em referência (Cassinela, 2022).

No que diz respeito à equidade de género a nível da graduação (licenciatura) regista-se actualmente um aumento do ingresso de mulheres em comparação aos anos anteriores, sendo que estas constituem cerca de 46% do corpo estudantil. Embora haja algumas diferenças entre a participação de mulheres no ensino público e no ensino privado, em termos de área de formação os cursos de Ciências Sociais, Negócios, Administração e Direito são aqueles onde existe maior paridade. Por sua vez no domínio da saúde e bem-estar, as mulheres encontram-se em maioria (70,5%) e é na área das engenharias onde estão menos representadas (21,4%) (Angola, 2022).

Conforme UNICEF (2023) Se olharmos para alguns países a nível do continente africano, nota-se que alguns destes já têm feito um esforço maior para priorizar a educação nos seus orçamentos, nomeadamente, África do Sul (20% do Orçamento), Moçambique (16%), Cabo Verde (15%) Ghana (13%), estando Nigéria e Angola com investimento de cerca de 8% em 2023. A execução da despesa com educação tem girado à volta dos 75% nos anos mais recentes como se pode ver no gráfico abaixo. Isso significa que dos montantes dedicados que já são considerados insuficientes, cerca de 25% não chega a ser efectivamente alocado ao sector. Definimos o “Valor Orçamentado” como o valor

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

no OGE, “Valor Autorizado” como o valor disponibilizado pela tesouraria e o “Valor Realizado” como o valor executado.

2.3 Inovação e Educação como producação de conhecimento na Universidade

A educação é estratégica para o desenvolvimento político, social e econômico, mas em Angola enfrenta desafios como falta de investimentos, recursos e prioridade política. Políticas públicas consistentes são necessárias para universalizar o ensino, valorizar docentes e garantir infraestrutura, formando cidadãos críticos e capacitados.

O fortalecimento do ensino superior promove profissionais qualificados, equidade social e desenvolvimento sustentável, consolidando a educação como instrumento de transformação social. É fundamental considerar que, a cidadania ativa e paritária, tem por base uma cultura de responsabilidade social, valorizando a participação cívica, potenciar a inclusão e a coesão social, eliminar as assimetrias económicas, sociais, culturais e territoriais, contribuindo deste modo, para a inversão de trajetórias de exclusão social (Libório, 2021).

Conforme Daniel (2022, p. 7) “O conhecimento produzido nas universidades por meio da pesquisa científica, além de propiciar o desenvolvimento econômico ou social, possibilita que qualquer país se torne competitivo em nível internacional no que concerne à inovação”.[...].

As políticas acabam se encaixando em diversos modelos, existindo conflitos e consensos em diversas áreas de políticas, as quais podem ser distinguidas de acordo com suas finalidades/caráter distributivo, redistributivo, regulatório e constitutivo (Cassinela, 2022, p. 33).

A educação é considerada fundamental para a vida dos indivíduos em qualquer sociedade, representa centralidade no embate político e indica como a sociedade está estruturada. Em Angola, a educação se vê desprovida de investimentos, recursos e prioridades políticas em função do contexto social, político, econômico do país. Inúmeras pautas precisam ser discutidas, problematizadas e colocadas em práticas, de modo que as pessoas tenham na educação um campo indispensável para a melhoria de suas capacidades, da

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

qualidade de vida e o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridas e, consequentemente, o desenvolvimento do país (Cassinela, 2022, p. 36).

As políticas públicas nos sistemas de ensino têm sido implementadas visando à diminuição da falta de oportunidades pessoais, buscando maior acessibilidade no mercado de trabalho, auxiliando na formação de profissões e manutenção de crianças, adolescentes e grupos inferiorizados nas escolas. A educação deve, portanto, ter o impacto necessário, no sentido positivo, para mudar a situação atual do país. É justo dizer que o acesso à educação é a possibilidade de as pessoas tanto fazerem valer seus direitos quanto receber subsídios futuros para seu desenvolvimento pessoal e social (Cassinela, 2022).

É através da educação baseada nos princípios de igualdade de oportunidades, que mediante a diversificação dos serviços educacionais de modo a entender as diferenças individuais, que todos nós devemos promover a prática da cidadania, respeitando a diversidade (Libório, 2021).

A aposta na educação, em particular no ensino superior, nota-se como sendo uma prioridade para Angola, para o reforço e aperfeiçoamento de novas capacidades formativas que permitam aos técnicos dar respostas cada vez mais eficazes, assim como adoptar formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais de que o país dispõe. Para tal, é importante que não se perca de vista o foco no financiamento das tarefas essenciais das universidades (Angola,2022)

2.4 Ensino Superior e INAGBE como uma política pública, desafios e possibilidades.

É essencial que o plano orçamentário priorize bolsas estudantis para incentivar a pesquisa científica, garantindo condições favoráveis ao rendimento acadêmico. A concessão deve ser justa, baseada em meritocracia e legalidade, tanto para estudantes nacionais quanto estrangeiros, estimulando comprometimento, inovação e impacto social que promovam desenvolvimento econômico e sustentável. Nesse processo assume particular importância valores como a tolerância, a democracia, o respeito pela diversidade e a luta contra as desigualdades, numa dimensão de educação para a cidadania, no quadro do pleno respeito pelos Direitos Humanos e com a concretização dos Objetivos de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

Desenvolvimento Sustentável – ODS (Libório, 2021).

O Ensino Superior é o conjunto integrado e articulado de diversos órgãos, instituições, disposições e recursos que visam à formação de quadros e técnicos, à promoção e realização da investigação científica e da extensão universitária, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento (Angola, 2022).

O Estado deve implementar políticas públicas eficazes para fortalecer as universidades, promovendo autonomia, pesquisa científica, inovação e criatividade, além de oferecer apoio econômico a estudantes de baixa renda, estimulando responsabilidade e engajamento no desenvolvimento sustentável do país. Para se garantir uma qualidade precisa-se que a educação tem um carácter independente de quaisquer influências partidárias, seja de fato da aos gestores capazes de levar a cabo a materialização da mesma, evidentemente com o controle do Estado para que a nível do privado não se observe irregularidades ao sistema de ensino superior. Analisando o processo de expansão sem controle estatal, é possível constatar que a privatização da educação não decorre apenas da ação do mercado. O Estado reduziu as bases materiais da educação pública e abriu espaço para que grupos empresariais passassem a influenciar os gestores do Sistema Educativo Angolano (Sachitota; Calulo, 2024).

É fundamental implementar me canismo viável que possa trazer resultados, mas isso passa pelo investimento sério na educação, com verbas consideráveis, incentivo a grupo de pesquisa e extensão nas universidades, estágios remunerados e voluntários e parcerias estatégicas com as instituições pública e privada para se gerar, impacto social e crescimento econômico sustentável. Segundo Daniel *et al*. (2022, p.7) “As políticas públicas de inovação, no que tange a sua implementação, devem proporcionar um impacto social, isto é, devem favorecer o desenvolvimento econômico, possibilitar o atendimento eficiente às necessidades nacionais e locais.”

O Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE) é uma política sob tutela do Ministério do Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação (MESCTI), criado por meio do Decreto Presidencial n.º 21/08, de 28 de fevereiro de 2008, que aprova o regulamento da política financeira estudantil. O

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

INAGBE desempenha um papel importantíssimo para o atingimento dos objetivos na esfera das políticas públicas educacional em Angola, por isso, precisa ter uma visão estratégica (Cassinela, 2022).

Conforme Dias (2023, p. 3) "[...] assim como outras políticas públicas, estrategicamente são traçadas e implementadas pelas instituições estatais, o Estado deve criar condições para que cada política educacional implementada atinja os objetivos desejados".

Pensar no financiamento e na distribuição de recursos para educação, é pensar na qualidade, no desenvolvimento, pensar na permanência e pensar na sociedade, então é preciso que haja disponibilidade de recursos para que a educação atinja seu ponto esperado na sociedade, investir na educação é investir em indivíduos que pensem num país ou povo, é formar indivíduos sábios e críticos, porque a educação molda o indivíduo no sentido de refletir no bem social do país. Apesar da educação ser um papel do Estado (Dias,2023, p. 3).

É necessário que o Estado aloque recursos adequados à educação, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável por meio do conhecimento e da formação humana, estabelecendo bases sólidas para o crescimento da sociedade em seus diversos âmbitos. O maior investimento que um país pode realizar é aquele direcionado à potencialização do ser humano, uma vez que o capital humano qualificado contribui significativamente para o progresso nacional.No caso de Angola, observa-se um número expressivo de jovens que buscam o ensino superior em outros países, especialmente no Brasil, com destaque para a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

No entanto, muitos desses estudantes não recebem qualquer apoio financeiro ou institucional por parte do Estado angolano, o que se constitui em um obstáculo à continuidade e ao êxito de suas formações.A ausência de políticas de incentivo, seja por meio de diálogo, bolsas de estudos ou convênios bilaterais, compromete o retorno desses estudantes ao país de origem e contribui para o fenômeno da fuga de cérebros. Diante disso, o Estado angolano, no âmbito das políticas públicas, deve adotar medidas que garantam apoio financeiro e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

institucional aos estudantes de baixa renda que se encontram no exterior. Tais ações são fundamentais para assegurar o sucesso acadêmico, fortalecer a participação cidadã e criar oportunidades para que esses jovens possam exercer suas atividades profissionais em prol do desenvolvimento de Angola.

É fundamental que os docentes universitários tenham acesso a uma formação continuada, com oportunidades de intercâmbio em outras instituições de ensino, programas de capacitação, licenças para atualização profissional, remunerações adequadas e, sobretudo, a promoção de boas práticas pedagógicas. Além disso, é essencial incentivar a produção científica, estabelecendo como meta a publicação anual de artigos de relevância nacional, o que contribuirá para o fortalecimento da pesquisa e da inovação acadêmica.Outro aspecto relevante consiste na criação e manutenção de bibliotecas de qualidade tanto físicas quanto virtuais que garantam acesso a fontes diversificadas de conhecimento. É igualmente necessário desenvolver sistemas digitais que favoreçam a interação entre professores e estudantes, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo e dinâmico.

Adicionalmente, deve-se considerar a ampliação da inclusão digital e a melhoria contínua das infraestruturas educacionais, com a implementação de restaurantes universitários que assegurem a alimentação adequada dos estudantes nos turnos de 12h e 18h, antes e após as aulas. Tais medidas são fundamentais para assegurar condições dignas de ensino e aprendizagem, além de contribuir para o bem-estar e o desempenho acadêmico dos discentes. O financiamento do Sistema de Educação e Ensino é considerado, de uma forma geral, um importante mecanismo de desenvolvimento de um país.

É necessário ter em conta que o investimento na formação dos professores e nas Instituições de Ensino, desempenham um papel preponderante para a evolução sustentável da sociedade. Deste modo, o investimento em ensino, especialmente no ensino secundário, pode tornar-se um importante retorno para o Estado, na forma de maior arrecadação de impostos, ao decorrer do exercício de actividade de, por exemplo, um técnico médio que faz o retorno através do pagamento das suas obrigações fiscais (Angola,2022).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

3. Considerações Finais

O estudo evidenciou que o ensino superior em Angola, embora reconhecido como eixo estratégico do desenvolvimento sustentável, ainda enfrenta limitações estruturais e institucionais que comprometem sua plena consolidação. Persistem desafios como a insuficiência de recursos financeiros, a fragilidade da infraestrutura universitária, a escassa valorização docente e a ausência de políticas consistentes de pesquisa e inovação. Esses obstáculos reduzem o potencial transformador da educação como instrumento de emancipação e progresso social.

Diante desse quadro, torna-se imprescindível que o Estado angolano fortaleça suas políticas públicas educacionais, priorizando ações de longo prazo e impacto real. Recomenda-se a modernização das universidades públicas, com ampliação dos investimentos em infraestrutura, pesquisa e inovação tecnológica; a reestruturação do INAGBE, assegurando maior transparência, ampliação do número de bolsas e estímulo à mobilidade acadêmica nacional e internacional; a formação e valorização docente contínua, por meio de capacitações, intercâmbios e incentivos à produção científica; a expansão da inclusão digital e de bibliotecas virtuais, democratizando o acesso ao conhecimento; e o fortalecimento de parcerias entre universidades e o setor privado, visando fomentar o empreendedorismo científico e tecnológico.

Essas medidas devem estar alinhadas aos ODS e à Agenda 2030, assegurando que a educação se consolide como base da sustentabilidade e da cidadania ativa em Angola. Para futuras pesquisas, recomenda-se investigar comparativamente as políticas educacionais de Angola e outros países africanos lusófonos, como Moçambique e Cabo Verde; analisar o impacto das bolsas de estudo externas na formação do capital humano e na redução da fuga de cérebros; e explorar, sob uma abordagem empírica, a percepção dos docentes e estudantes sobre a eficácia das políticas educacionais e o papel das universidades no desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, este estudo pretende servir como base para novas reflexões e políticas públicas que transformem a educação superior em motor de inovação,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

equidade e prosperidade nacional.

Referências

ANDRÉ, Diassala. **Gestão Orçamental e Educação em Angola**. Luanda: Mayamba, 2024.Disponível em : Educação Análise orçamental 2024.pdf.pdf.Acesso em :06 de julh.2025
ANTÓNIO, António; KUEBO, Paulino Gregório Armando. A política educativa em Angola e a garantia do direito à educação: articulação entre o contexto de influência e a produção de textos. **Educar em Revista**, v. 40, 2024. Disponível em: 1984-0411-er-40-e94760.pdf. Acesso em :09 de julh.2025.
ANGOLA. **Constituição da República de Angola**, 2010.
CASSINELA, Osvaldo Israel Salumbongo et al. **Políticas Públicas de Educação Superior em Angola para Formação de Quadros e Desenvolvimento do País**, 2022. Disponível em: Microsoft Word - Tese - Osvaldo Israel S. Cassinela.docx.Acesso em :14 de julh.2025.
CAWAHA, A. M. **Processos de auditoria em Angola e a fiabilidade da informação financeira prestada pelas empresas do setor não financeiro**. 2019. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Auditoria) – Instituto Politécnico de Beja, Beja, 2019. Disponível em :Processos de auditoria em Angola e a fiabilidade da informação financeira prestada pelas empresas do setor não financeiro - ProQuest. Acesso em :14 de julh.2025.
CHIKULO, B. C. **The Politics of Public Expenditure and Service Delivery in Africa**. African Journal of Public Affairs, v. 11, n. 3, p. 25-40, 2019. Disponível em : South African Local Government : Exploring Factors Decelerating Public Service Delivery - ProQuest. Acesso em :18 de julh.2025.
DIAS, E. N. Estado e política pública educacional: avanços e limites na implementação de políticas educacionais em Angola. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNILAB, UNIFESP, 2023. Disponível em : EFILIONE NOEZ DIAS .pdf. Acesso em :20 de julh.2025.
DA EDUCAÇÃO, CIMEIRA SOBRE A. TRANSFORMAÇÃO. **Relatório da Consulta Nacional.** 2022. Disponível em : Relatório Preliminar. Acesso em :05 de agost .2025.
DANIEL, Niembo Maria; VALENTIM, Marta Ligia Pomim. Necessidade de Políticas Públicas que Fomentam Conhecimento Inovativo em Instituições de Ensino Superior de Angola para o Desenvolvimento Sustentável. **International Journal of Knowledge Engineering and Management**, v. 11, n. 30, p. 58-82, 2022. Disponível em : Vista do NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE FOMENTAM CONHECIMENTO INOVATIVO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE ANGOLA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Acesso em :10 de agost.2025.
FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
LIBÓRIO, Tânia Ribeiro. A importância dos ODS–Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no desafio da educação para os direitos humanos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 9, n. 1, p. 275-296, 2021. Disponível em : Vista do A importância dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no desafio da educação para os direitos humanos. Acesso em :16 de agost.2025.
PEQUENO, Marconi. **Ética, educação e cidadania.** ***Educando em Direitos Humanos***, p. 41, 2008. Disponível em : CAPA_Vol_1.indd. Acesso em :23 de agost .2025.
UNICEF; Governo de Angola. **Orçamento Geral do Estado 2023**: Educação no OGE. Luanda: UNICEF; Governo de Angola, 2023. Disponível em : Vista do Financiamento da Educação em Angola: análise das fontes de financiamento do ensino primário. Acesso em :07 de set .2025.
SACHITOTA, A. S.; CALULO, J. L. S. A educação em Angola e os seus recuos resultantes do Orçamento Geral do Estado alocado ao sector da Educação: Education in Angola and its setbacks resulting from the General State Budget allocated to the Education sector / La educación en Angola y sus retrocesos derivados del Presupuesto General del Estado asignado al sector de la educación. ***Revista Angolana de Ciências*****,** v. 6, n. 1, e060101-e060101, 2024. Disponível em :A educação em Angola e os seus recuos resultantes do Orçamento Geral do Estado alocado ao sector da Educação: Education in Angola and its setbacks resulting from the General State Budget allocated to the Education sector / La educación en Angola y sus retrocesos derivados del Presupuesto General del Estado asignado al sector de la educación | Revista Angolana de Ciências. Acesso em :14 de set .2025.
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia Do Trabalho Científico**. São Paulo : Cortez, 2013
Souza, K. R., & da Silva Scaff, E. A. (2013). **Direito educacional em países lusófonos: análise da legislação brasileira e angolana.** ***Revista on line de Política e Gestão Educacional*****,** (14), 114-128. Disponível em : Vista do Direito educacional em países lusófonos: análise da legislação brasileira e angolana. Acesso em :18 de set .2025.
TATI, Raul. Educação em Angola e desafios do financiamento público. **Revista Angolana de Ciências Sociais, Luanda**, v. 5, n. 2, p. 77-94, 2023.
XAVIER, Antônio Roberto; JUNIOR, Edmilson Alves Maia. Educação política para a democracia e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/12/2025 - **Accepted:** 17/12/2025
Vol: 21.04
DOI: 10.61164/6g4re359
Pages: 1-16

combate ao neonazifascismo: uma proposta curricular: *Political education for democracy and the fight against neo-Nazi fascism: a curricular proposal*. ***Revista Cocar***, v. 21, n. 39, 2024. Disponível em : Educação política para a democracia e combate ao neonazifascismo: uma proposta curricular: Political education for democracy and the fight against neo-Nazi fascism: a curricular proposal | Revista Cocar. Acesso em :19 de out 2025.